

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA
XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE



1. CONJUNTURA

**CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA
XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE**

PROPOSTA Nº 001

1) Conjuntura

CONJUNTURA E PROPOSIÇÕES

Resultado: APROVADO REJEITADA PREJUDICADA

TEXTO:

CONJUNTURA E PROPOSIÇÕES

A gente aprende que após a queda do homem e da mulher do Paraíso, passamos a ganhar a nossa vida com o nosso suor.

Deixamos de ser os nepo babies de Deus para correremos atrás do nosso próprio sustento ou sobrevivência.

O trabalho, ou seja, toda atividade humana que produz algo passou a ser esse meio. Nós estamos inseridos nesse meio. Somos trabalhadoras(es). E nós, como servidoras(es) públicos, prestamos serviços essenciais à população na execução das políticas públicas.

Levando-se em consideração que a sociedade encontra-se em constante transformação, diria que no mundo do trabalho está acontecendo mais uma mudança profunda em sua estrutura. Mais uma alteração/mutação genética drástica que está sendo causada pelo sistema capitalista.

Nesse mundo inventado, quem exerce o trabalho, ou seja, o TRABALHADOR, nessa metamorfose, não está adquirindo SUPERPODERES.

Ele está se transformando em algo muito INCONSTANTE, vítima de um sistema AUTOFÁGICO:

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

Eu trabalho.

Com o suor do meu corpo garanto a minha sobrevivência.

E do suor viro pó.

TRABALHO, TRABALHO, TRABALHO, E NADA MAIS, ou seja: A ESTRUTURA COLAPSA (PARA DENTRO DE SI MESMA), DEVIDO À PRESSÃO EXTERNA SER SUPERIOR À INTERNA.

A META é cada vez mais inalcançável e o resultado é o ADOECIMENTO. Antes da alma do que do corpo.

Como Sísifo, personagem da mitologia grega, somos castigados na tarefa de empurrar uma enorme pedra todo dia até o cume da montanha, a qual retorna à base, num esforço incessante, rotineiro e ilógico.

Os exemplos mais emblemáticos são a PEJOTIZAÇÃO E UBERIZAÇÃO.

PEJOTIZAÇÃO é a contratação de uma pessoa física (cpf), como pessoa jurídica (cnpj), para disfarçar um vínculo empregatício para sonegar direitos trabalhistas e impostos.

UBERIZAÇÃO é o trabalho baseado em plataformas digitais que conectam consumidores a prestadores de serviços autônomos, os quais não estão ao abrigo da CLT e o trabalhador assume todos os custos operacionais e riscos.

Isto é, afigura-se uma total instabilidade nas relações de trabalho (perda de direitos trabalhistas; piora nas condições de trabalho entre outras).

São exemplos que parecem do “mundo lá fora” do PJU, mas que

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

muitas vezes servem de inspiração para usarem como protótipo para validarem um projeto de extinção da nossa categoria, por exemplo a terceirização do trabalho dos oficiais de justiça pelos cartórios.

E a aposentadoria? Muitos estão fazendo contas. Muitos já não contam com isso.

Os novos servidores públicos estão se tornando uma GERAÇÃO UTÓPICA em relação à aposentadoria. Sentem-se como EM LUGAR NENHUM. Foram empurrados para o mercado do VIRE-SE.

Esse é apenas um dos cenários que o mundo nos apresenta e que podemos linkar diretamente com a nossa situação como servidores públicos federais.

Aonde quero chegar?

Aonde chega tudo:

A política. E chegando na política chegamos nos políticos (os eleitos e os eleitores). Somos um conjunto.

Resumindo, este é um ano eleitoral muito importante. A direita, como conhecíamos anos atrás, confunde-se ou fundiu-se com a extrema-direita. A extrema-direita quer destruir a democracia. Olhem os constantes ataques às instituições, principalmente ao judiciário, inoculando diariamente discursos que menoscabam sua importância e de seus integrantes quando as decisões não lhes apeteçam, ou declarando que o Estado é uma máquina incompetente e insuportável de gerir. Também nos tratam como alguma espécie de inseto que somente suga o Estado, tentando confundir esse ente com uma empresa privada, sendo que seus princípios não encontram pontos de convergência.

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

É preciso dizer e enfatizar que a extrema-direita é contra os trabalhadores; É contra nós servidores públicos; Vide reforma administrativa; PEC para acabar com a Justiça do Trabalho e Ministério Público do Trabalho (deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança – PL); Contra qualquer aumento ou recuperação salarial de servidores públicos. Só para indicar três amostras que nos afetam diretamente.

Todas essas propostas têm total apoio dessa ala extremista que, sabemos, se aglutina e se organiza, principalmente usando os meios midiáticos.

E nós, como sindicatos e entidades, o que estamos fazendo? Se não tivermos atenção e UNIÃO, seremos engolidos e depois cuspidos por esse projeto nefasto.

Diante dessas constatações, resultando nesse desabafo, o que proponho como reflexão, invocando atitudes:

Que a FENAJUFE e os sindicatos associados procurem cada vez mais abrir canais de diálogo com partidos políticos progressistas para que sejam um meio a mais de divulgação de ideias, projetos, combate a fake news, na defesa da verdadeira democracia e liberdade.

Que além das mídias, esse campo nebuloso e imaterial, mas que produz um grande efeito no nosso dia a dia, haja o fomento da retomada das ruas como campo das nossas reivindicações, local tão emblemático da demonstração das insatisfações populares, ecoando palavras de ordem e desfraldando as bandeiras que representam as nossas ideologias e utopias, as quais esperamos e lutamos que se concretizem para o bem de todos. No ápice, GREVES!

A essência do sindicato é a representação e a defesa dos

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

trabalhadores. Esses objetivos devem ser cada vez mais perseguidos e demonstrados.

A democracia está sempre em perigo, no Brasil e no mundo.

Neste ano, em especial, nós temos que usar todos os nossos argumentos e unir todas as nossas forças para deter mais uma vez essa metamorfose política maligna. Isso significa a nossa sobrevivência como cidadãos/cidadãos e como servidoras(es) públicas(os). É a escolha entre DIREITOS ou INDIREITOS.

Edemar Luiz Maleski - SC
SINTRAJUSC

ENDOSSOS

Denise Zavarize

Adailton Costa

Wagner Silva

Geovane Maldonado

**CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA
XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE**

PROPOSTA Nº 002

1) Conjuntura

**EVOLUÇÃO DAS CARREIRAS, LUTA PELA VALORIZAÇÃO E O
CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICO (1996-2026)**

Resultado: APROVADO REJEITADA PREJUDICADA

TEXTO:

Este período de três décadas é marcado pela transição para uma estrutura de carreiras profissionalizada, imersa em constantes tensões orçamentárias e disputas entre os Poderes.

A CRIAÇÃO DOS CARGOS ATUAIS: LEI Nº 9.421/1996

A base das atuais carreiras do PJU foi estabelecida pela Lei nº 9.421/1996 (PCS I), estruturando-as em classes e padrões com implementação gradual (1997-2000) para mitigar impactos fiscais. A norma instituiu o Adicional de Padrão Judiciário (APJ), fixado com coeficiente de 1,10 sobre o vencimento básico, e a Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) de 12%.

Contudo, sob o severo arrocho fiscal do governo Fernando Henrique Cardoso — base de sustentação do Plano Real —, o APJ não foi integralmente implementado, tendo sido fixado o coeficiente em 0,80 até sua incorporação ao vencimento básico (VB) pela reestruturação de 2002. A Lei nº 9.421/1996 não reverteu o profundo arrocho salarial do funcionalismo público.

O ESGOTAMENTO DO MODELO FHC E A REESTRUTURAÇÃO DE 2002

O final do governo FHC (2002) acumulava anos de fortíssimo arrocho fiscal,

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

consolidado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (2000) e pela retirada de direitos históricos dos servidores (licença-prêmio, anuênios e gratificações), resultando em pesadas perdas inflacionárias e salários congelados.

Fragilizado eleitoralmente — com Lula liderando as pesquisas apoiado pelo funcionalismo — e pressionado por uma grande greve da categoria, o governo cedeu. Aprovou-se a Lei nº 10.475/2002 (PCS II), parcelada até 2004, garantindo o maior reajuste já obtido, de pouco mais de 100% para o nível inicial das carreiras.

Optou-se por aplicar índices de reajuste progressivos do último para o primeiro nível das carreiras, o que conferiu aumentos mais elevados aos padrões iniciais e extinguiu a sobreposição de tabelas entre os cargos. Embora o reajuste tenha ocorrido de forma linear entre os cargos, muitos anos depois essa opção foi cercada de controvérsias e, atualmente, é objeto de infundáveis debates.

Posteriormente, a Lei nº 10.944/2004 conferiu reajuste suplementar de 36%.

A REESTRUTURAÇÃO DE 2006

O PCS III (Lei nº 11.416/2006), base da estrutura atual, foi moldado pela articulação da ministra Ellen Gracie na presidência do STF, que quebrou a resistência fiscal do governo. A lei garantiu reajuste médio de 60% (escalonado até 2008), introduziu o Adicional de Qualificação (AQ) e criou a GAE e a GAS. Com a última parcela em 2008, os servidores do PJU alcançaram seu maior poder de compra ao menos desde a criação dos cargos atuais em 1996.

O IMPASSE: GILMAR MENDES, CEZAR PELUSO E PL 6.613/2009 (2009-2012)

O período de 2009 a 2012 foi marcado por fortes conflitos orçamentários, embate sobre a autonomia do Judiciário e tensões corporativas. O PL nº

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

6.613/2009, da gestão Gilmar Mendes, previa 56% de reajuste para conter a alta rotatividade (23%), fixando um teto para Analistas vinculado ao subsídio dos juízes. O Ministério do Planejamento resistiu ao impacto fiscal.

Sob Cezar Peluso, a tensão discursiva escalou: o Planejamento taxou o reajuste de "delirante", enquanto o STF expunha a defasagem frente a categorias do Legislativo (que obtiveram 46%). Concomitantemente, uma associação de magistrados atacou o PL alegando uma "inversão hierárquica" inaceitável, caso os servidores fossem reajustados sem aumento pareado aos juízes.

Em 2011, focada em um rígido saneamento fiscal, a gestão Dilma Rousseff cortou R\$ 50 bilhões do orçamento e excluiu a previsão do reajuste do Judiciário do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

Pressionado por intensas greves, o governo propôs acordo na Lei nº 12.774/2012. A norma reduziu os padrões da carreira de 15 para 13 e concedeu apenas 26% de reajuste (majorando a GAJ para 90%) até 2015.

Esse período é objeto de controvérsias até o presente, motivadas por uma eventual resistência dos representantes sindicais em relação à adoção do subsídio como modelo remuneratório e à aceitação da gratificação de desempenho. De qualquer forma, durante os longos anos de impasse que marcaram a tramitação do PL nº 6.613/2009, diversas carreiras de outros Poderes obtiveram reajustes significativos. Isso ampliou a desigualdade salarial da categoria em relação a carreiras de complexidade semelhante nos outros Poderes.

**A CRISE INSTITUCIONAL DE 2014-2015, A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO
ORÇAMENTO PÚBLICO E A REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DO
PJU**

A transição para 2015 impôs um severo ajuste fiscal conduzido por Joaquim

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

Levy na Fazenda. Em contrapartida, o Congresso Nacional passou a instrumentalizar o orçamento, aprovando sistematicamente "pautas-bomba" para inviabilizar o Planalto e forçar a presidente a assumir o desgaste político dos vetos.

Nesse cenário, diante da inércia negocial do governo, eclodiu uma greve nacional sem precedentes. Com caravanas pressionando em Brasília e episódios de repressão da PM às manifestações, o Congresso aprovou o PLC nº 28/2015 (média de 56% de reajuste), com apoio velado de lideranças opositoras e forte pressão da categoria.

Confirmando a articulação política, o governo negociou cargos para garantir a manutenção do veto na Câmara por escassos seis votos. Derrotado o PLC, o STF negociou um texto rebaixado. A Lei nº 13.317/2016, sancionada por Michel Temer após o impeachment de Dilma Russef, concedeu 41% de reajuste (GAJ a 140% e criação de AQ para técnicos graduados), parcelado até 2019. Quando integralmente implementado, o reajuste meramente restaurou o poder de compra aos níveis do final de 2008.

O GOVERNO JAIR BOLSONARO E O FUNCIONALISMO PÚBLICO

A gestão Jair Bolsonaro e Paulo Guedes operou com hostilidade explícita, tratando o funcionalismo puramente como despesa e um empecilho ao desenvolvimento do país. Guedes celebrou ter posto "a granada no bolso do inimigo" ao congelar salários, e lideranças do governo chamaram servidores de "parasitas", em meio a ameaças de extinção da Justiça do Trabalho.

Aproveitando a pandemia de Covid-19, o governo emplacou um congelamento salarial, que acarretou perdas inflacionárias superiores a 30% até 2022, e alterou a Lei de Responsabilidade Fiscal para impedir que o parcelamento de reajustes ultrapasse o mandato presidencial. Sob pressão sindical, o STF encaminhou o PL nº 2.441/2022 (18% de recomposição). A matéria enfrentou boicote de Guedes e chantagem salarial na Câmara, com Arthur Lira tentando

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

usar a pauta para pressionar o STF no julgamento do "Orçamento Secreto" (RP9). Ao final, aprovou-se um substitutivo de 19,25%, sancionado por Lula, mas com implementação dilatada entre 2023 e 2025.

O CONFLITO DISTRIBUTIVO DE 2025 E A LEI Nº 15.293/2025 (VETO Nº 45)

No ano de 2025, foram encaminhados pelo Supremo Tribunal Federal dois projetos que redundaram nas Leis nº 15.292/2025 e nº 15.293/2025. A primeira reformulou o Adicional de Qualificação. Embora modificada pelo STF antes do envio, a proposta nasceu no seio do Fórum Permanente de Gestão da Carreira dos Servidores do PJU. As inovações mais significativas estabelecidas pela lei foram a adoção do mesmo parâmetro de cálculo para técnicos e analistas judiciários e a ampliação da cumulação de adicionais.

A Lei nº 15.293/2025 almejava repor parcialmente as perdas inflacionárias acumuladas desde janeiro de 2019, quando foi implementada a última parcela da Lei nº 13.317/2016. A nova lei previa um reajuste de cerca de 26%, a ser implementado em três etapas sucessivas de 8% no mês de julho dos anos de 2026 a 2028. Entretanto, a alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal promovida pela LC nº 173/2020, herança do governo Bolsonaro, motivou o veto parcial do projeto de lei, restando apenas a primeira parcela a ser implementada em julho de 2026. A referida alteração legislativa veda o aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo.

Embora o ministro Edson Fachin declare às entidades sindicais que a derrubada do veto é "defensável" e que atua por essa solução, o desfecho é cercado de grande incerteza. A postura do Congresso tem sido protelatória. O senador Davi Alcolumbre tem convocado sessões exclusivas para deliberar sobre vetos singulares, deixando de lado o Veto nº 45/2025 e outras matérias.

A deliberação das matérias de interesse do Judiciário esbarra diretamente na

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

exacerbação do atrito entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso Nacional, que se arrasta há anos e tem se intensificado com o controle das emendas parlamentares imposto pelo Tribunal e pela repercussão do escândalo do Banco Master.

O Congresso demonstrou, com a derrubada do veto à dosimetria das penas e a rejeição à indicação de Jorge Messias para o STF, disposição para impor derrotas ao Executivo. Por outro lado, a tensão institucional entre o Judiciário e o Legislativo induz o temor de que a pauta dos servidores seja novamente instrumentalizada pela política, e a sinalização de que o Governo deverá adotar as travas do arcabouço fiscal no orçamento de 2027 traz um prognóstico desalentador para a derrubada do veto.

FÓRUM PERMANENTE DE GESTÃO DA CARREIRA DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO

Criado em 2020 no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com a finalidade de debater questões relacionadas à carreira dos servidores do Judiciário da União (Portaria CNJ nº 119/2020), o Fórum de Carreiras, atualmente regido pela Portaria CNJ nº 343/2024, é composto por subgrupos temáticos — com a atribuição de discutir propostas e realizar estudos de viabilidade — e pela Assembleia Plenária, que delibera sobre as propostas por meio de votação majoritária.

O colegiado é composto pela banca patronal, formada por nove representantes das cúpulas administrativas, e pela representação dos servidores, tendo a Fenajufe direito a seis votos e o Sindijus-DF, dois votos. Em caso de empate, cabe ao coordenador do Fórum, membro do CNJ, o voto de minerva.

O Fórum de Carreiras tem sido pautado pela busca do consenso entre Fenajufe e Sindijus-DF, cujas propostas para a reestruturação das carreiras são divergentes. A dinâmica das reuniões e votações tem demonstrado o engessamento do colegiado, decorrente da rígida vinculação das entidades

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

sindicais às deliberações das bases e de divergências políticas entre os coordenadores da Fenajufe.

Após anos de discussões, quando finalmente as entidades sindicais entraram em consenso quanto à proposta de reajuste no percentual de 16% para o ano de 2026, representantes de coletivos minoritários nacionalmente, de forma inexplicável e surpreendente, se abstiveram na votação plenária realizada em 09 de julho de 2025, acarretando a vitória da proposta rebaixada da Administração e ceifando a possibilidade de um reajuste maior, que o orçamento comportava.

CONCLUSÕES

- A trajetória das carreiras do Poder Judiciário da União demonstra que a valorização dos servidores jamais foi tratada como política permanente de Estado. Os avanços remuneratórios ocorreram quase sempre em cenários de crise, pressão sindical e elevado desgaste institucional.
- A omissão legislativa em regulamentar a data-base forçou uma dinâmica perversa de negociação trabalhista no setor público. Em vez de uma atualização regular e previsível baseada em índices inflacionários oficiais, os reajustes passaram a depender de pacotes emergenciais submetidos a crises fiscais, a disputas distributivas e à instrumentalização política das legítimas pautas dos servidores.
- A remuneração da categoria enfrenta uma crônica dificuldade de acompanhar a inflação, marcada por longos ciclos de perdas e recuperações tardias e insuficientes. Como resultado, o poder de compra atual permanece inferior ao seu ápice histórico, alcançado há diversos anos, aprofundando a defasagem salarial frente a carreiras análogas de outros Poderes.

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

- O discurso fiscal predominante passou a tratar o servidor público prioritariamente como despesa obrigatória, reduzindo o debate sobre valorização funcional a uma lógica estritamente contábil, dissociada da qualidade da prestação jurisdicional.
- A experiência histórica demonstra que nenhuma reestruturação relevante das carreiras foi concedida espontaneamente. Todos os avanços decorreram de forte mobilização sindical, pressão política organizada e elevado custo institucional para os governos.
- O atual cenário político-fiscal tende a aprofundar as dificuldades históricas da categoria. As restrições do arcabouço fiscal, os limites impostos pela LC nº 173/2020 e a deterioração das relações entre Congresso e STF ampliam o risco de novos ciclos de congelamento remuneratório.
- A manutenção desse modelo de valorização episódica, somada às restrições fiscais e legais da atualidade e submetida a crises institucionais, tende a aprofundar a precarização remuneratória e o esvaziamento das carreiras do Poder Judiciário da União.
- A dinâmica do Fórum Permanente de Gestão da Carreira evidencia os limites do atual modelo de representação sindical, marcado pela rígida vinculação das entidades às deliberações das bases, pelo engessamento da atuação dos dirigentes e pelas distorções decorrentes da representação proporcional nas instâncias da Federação.
- A persistir esse modelo, caracterizado pela reduzida capacidade de construção de consensos estratégicos e pela ausência de uma política permanente de valorização dos servidores, as dificuldades acumuladas ao longo dessas três décadas tendem a se aprofundar.
- A dinâmica do Fórum Permanente de Gestão da Carreira evidencia os limites do atual modelo de representação sindical, marcado pela rígida

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

vinculação das entidades às deliberações das bases, pelo engessamento da atuação dos dirigentes e pelas distorções decorrentes da representação proporcional nas instâncias da Federação.

- A persistir esse modelo, caracterizado pela reduzida capacidade de construção de consensos estratégicos e pela ausência de uma política permanente de valorização dos servidores, as dificuldades acumuladas ao longo dessas três décadas tendem a se aprofundar.

ENCAMINHAMENTOS

A Plenária Nacional da FENAJUFE delibera que a Federação deve:

1. Assumir a autocrítica como ponto de partida para uma nova etapa de luta

Afirmar que a autocrítica não significa negar a história de mobilização da categoria, mas reconhecer que a próxima etapa da valorização das carreiras do PJU exige maior unidade, formulação estratégica, profissionalização da ação sindical, capacidade negocial e compromisso coletivo com uma estratégia nacional.

2. Romper com a cultura da responsabilização externa exclusiva

Reconhecer que governos, Congresso, STF, CNJ e administrações têm responsabilidade central pelos ataques, perdas e bloqueios impostos à categoria, mas que a Fenajufe também deve enfrentar seus próprios limites organizativos, políticos e estratégicos como condição para reconstruir sua capacidade de luta.

3. Realizar um balanço político autocrítico da atuação sindical da categoria

Realizar, no prazo definido pela direção da Federação, um balanço nacional da atuação da Fenajufe, dos sindicatos de base e das representações da categoria nos ciclos de negociação salarial e de carreira, especialmente a

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

partir de 2009, identificando acertos, erros, limites organizativos, disputas internas, oportunidades perdidas e consequências concretas para a carreira.

4. Reconhecer e enfrentar a fragmentação interna da categoria

Reconhecer que a dispersão entre sindicatos, correntes, coletivos, segmentos e representações institucionais reduziu a capacidade da categoria de formular propostas comuns, construir maioria política e negociar com força diante do STF, do CNJ, dos tribunais superiores, do Congresso Nacional e do Poder Executivo.

5. Priorizar a unidade de ação sem suprimir o debate democrático

Reafirmar que a pluralidade política da categoria é legítima e deve ser preservada, mas que a disputa interna não pode paralisar a Federação nem se sobrepor à defesa dos interesses gerais da categoria nos momentos decisivos.

6. Estabelecer compromisso político com a posição majoritária da categoria

Definir que, após o debate democrático nas instâncias da Federação, a posição majoritária nacional deverá orientar a atuação pública e institucional das representações da Fenajufe, evitando abstenções, votos contraditórios ou atuações isoladas que fragilizem a categoria em momentos decisivos.

7. Superar a lógica de atuação meramente reativa

Reorientar a atuação da Fenajufe para que a Federação deixe de agir apenas diante de vetos, derrotas consumadas, projetos rebaixados ou crises institucionais, passando a atuar de forma permanente, antecipada e planejada nos debates orçamentários, legislativos e administrativos que afetam a carreira.

8. Implementar a formulação estratégica permanente

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

Definir que a atuação da Fenajufe em temas de carreira e remuneração deverá ser orientada por diagnóstico histórico, análise de correlação de forças e limites orçamentários, bem como por estudos técnicos isentos, planejamento político e unidade de ação, reduzindo a dependência de respostas improvisadas diante de crises.

9. Constituir um grupo técnico-político permanente de carreira

Criar um grupo técnico-político permanente, vinculado à Fenajufe, com participação de sindicatos de base, assessorias, especialistas e representantes da categoria, para formular propostas de carreira, remuneração, atribuições, desenvolvimento funcional, vencimento básico, adicionais e estrutura remuneratória.

10. Reposicionar a luta remuneratória como parte da defesa do serviço público

Reformular a narrativa política da categoria, vinculando a valorização dos servidores à qualidade da prestação jurisdicional, à preservação da memória institucional, à redução da rotatividade, à autonomia do Judiciário e à defesa do serviço público, superando uma comunicação restrita à dimensão corporativa.

11. Convocar as bases para discutir a reorganização política da categoria

Orientar os sindicatos filiados a realizarem debates, assembleias, seminários ou plenárias sobre os limites do atual modelo de organização sindical da categoria, recolhendo contribuições para uma proposta nacional de reorganização política e fortalecimento da Fenajufe.

12. Construir um novo pacto entre base, direção e negociação

Estabelecer um novo método de relação entre base, direção e espaços de

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

negociação, no qual a base defina diretrizes políticas gerais, a direção tenha responsabilidade de formular cenários e conduzir a tática para defesa igualitária de todos os cargos, garantindo transparência, fundamentação e prestação de contas à categoria.

13. Instituir planejamento anual de atuação política da Federação

Aprovar que a Fenajufe elabore, a cada ano, um plano nacional de atuação política, sindical, legislativa e orçamentária, com prioridades, calendário, responsáveis, metas, avaliação periódica e mecanismos de correção de rota.

14. Avaliar publicamente os resultados das estratégias adotadas

Determinar que, após cada ciclo relevante de negociação, votação legislativa, reunião do Fórum de Carreira ou campanha nacional, a Fenajufe apresente balanço público à categoria, indicando o que foi conquistado, o que foi perdido, quais foram os limites enfrentados e quais ajustes estratégicos serão necessários.

15. Criar um método permanente de construção de consensos

Instituir metodologia permanente de construção de consensos prévios entre sindicatos de base, coordenação da Fenajufe, representantes no Fórum de Carreira e demais espaços de negociação, especialmente antes de votações decisivas que envolvam remuneração, carreira, orçamento e estrutura dos cargos.

16. Reformular a atuação da Fenajufe no Fórum Permanente de Carreira

Reestruturar a intervenção da Federação no Fórum Permanente de Gestão da Carreira, garantindo preparação técnica, estudos de impacto orçamentário, análise de cenários, construção de alternativas, estratégia de

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

negociação, flexibilidade para a construção de consensos e prestação de contas regular às bases.

17. Fortalecer a formação política e sindical da categoria

Promover formação política, sindical, orçamentária e legislativa permanente para dirigentes, delegados, representantes de base e servidores interessados, de modo a qualificar a intervenção da categoria nos debates sobre carreira, orçamento público, negociação coletiva, Congresso Nacional e conjuntura política.

André Carlos Tunes Zilio – SP

ENDOSSOS

Raoni Ramos Ferreira de Aquino

Marcus Augusto Ferraz Araújo

Ana Carolina Aguiar Vieira

Rafaela Felix

Larissa Liberalina de Souza Sá

Rodrigo Beleza Marques

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA
XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

PROPOSTA Nº 003

(até 15/05 - não é bem uma proposta, é mais uma pergunta)

1) Conjuntura

AVALIAÇÃO SOBRE AS ELEIÇÕES DE 2026

Resultado: APROVADO REJEITADA PREJUDICADA

TEXTO:

Quais expectativas se PT ganhar e quais as expectativas se o PL ganhar as eleições presidenciais. Entendo que isso merece análise pra esclarecer pontos divergentes dos presidenciáveis aos membros da categoria.

Miguel Sandor Szollosi - PR

APOIO

Jandair Ivete Fernandes Neubauer

Maria Rosemeire Tardin Renno

Miguel Sandor Szollosi

Osmar Covalchuk

Rosangela Maria Muller da Costa

ENDOSSOS

Rosangela Maria Muller da Costa

Miguel Sandor Szollosi

Jandair Ivete Fernandes Neubauer

Osmar Covalchuk

**CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA
XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE**

**CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA
XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE**

PROPOSTA Nº 004

1) Conjuntura

UNIDADE NAS LUTAS

Resultado: APROVADO REJEITADA PREJUDICADA

TEXTO:

COLETIVO NACIONAL DE OPOSIÇÃO - LUTAFENAJUFE

É preciso unidade e força na luta em defesa dos serviços públicos, dos direitos da classe trabalhadora e contra a devastação capitalista

Contribuição à XXV Plenária Nacional Ordinária da Fenajufe para aprofundar o debate sobre a grave situação que vivemos e sobre a necessária luta que se impõe contra as forças do capital em um período de ascenso da extrema direita.

A XXV Plenária Nacional Ordinária da Fenajufe e sua importância aos debates e à organização nacional da categoria.

Desde a realização do último Congresso da Fenajufe, em abril de 2025, em Foz do Iguaçu (PR), a conjuntura passou por diversas mudanças que em sua ampla maioria, agravaram a situação da classe trabalhadora em todo o mundo. Nesse período, vimos consolidar-se o ascenso de forças de extrema direita, de caráter fascista — ainda que busquem mascarar sua verdadeira natureza — tendo Donald Trump e seu governo como principal referência mundial de um processo que segue em pleno desenvolvimento.

Inicialmente, é preciso estabelecer que a crise estrutural do capital segue seu aprofundamento desde a crise global de 2008. A incapacidade do próprio

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

capitalismo responder a essas crises tem tido como reflexo o crescimento da extrema direita mundial neste período, com a construção de novos “inimigos”, aprofundando a lógica das opressões a setores da sociedade. Isso faz com que o ódio a imigrantes e refugiados ocupe um lugar de destaque na agenda fascista – somando essa xenofobia intensificada ao machismo, racismo, capacitismo, etarismo, lgbtphobia e demais formas de opressão que dividem nossa classe e minam nossa capacidade de organização e força de luta. Enquanto isso, as desigualdades na sociedade se aprofundam a patamares inimagináveis, com uma exacerbação da acumulação chegando a ponto que em breve o mundo verá o surgimento de trilionários.

Em particular nesse último período, a crise ambiental global se intensificou, em paralelo com a consolidação das Big Techs como expressão de força política concreta a serviço da extrema direita e a propagação e o desenvolvimento capitalista da Inteligência Artificial e da plataformização do trabalho, que tem aprofundado a precarização, gerando o crescimento do ubemprego/desemprego, do caos urbano e o fortalecimento do crime organizado, em um mundo onde os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres, cada vez mais pobres.

Em nosso país, em que pese a derrota eleitoral de Bolsonaro em 2022, cuja marca principal foi levar a níveis extremos o desmonte e ataques aos direitos sociais e ao serviço público (além de converter a estrutura governamental em peça de luta ideológica protofascista), vemos que a eleição de Lula — importante e necessária neste contexto histórico, fruto do engajamento de amplos setores de esquerda em sua campanha — se deu, porém, em aliança com várias forças de direita e do capital, e como óbvia consequência desse arranjo, o governo não avançou no sentido de questionar a ordem neoliberal e segue aprofundando esse projeto, prejudicial à classe trabalhadora. Segue, portanto, sem trazer respostas para as pautas e demandas da classe trabalhadora, mesmo aquelas mais urgentes e prementes.

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

É nesse cenário de fortalecimento de um projeto neoliberal nas estruturas governamentais e de forte pressão da extrema direita no campo político, que voltou com força a ofensiva pelo desmonte sistemático do serviço público, expressa na PEC 38/2025. Embora tenha recuado momentaneamente após a pressão exercida pelo funcionalismo, a proposta segue como uma ameaça permanente. Não apenas retoma o espírito da PEC 32/2020, como se configura em um perigo real e concreto, potencializado pelo desenvolvimento tecnológico colocado a serviço da precarização das relações de trabalho e da redução do papel do Estado.

A PEC 32/2020 foi derrotada graças à forte mobilização das categorias do serviço público, com protagonismo importante dos sindicatos que constroem o LutaFenajufe. Entretanto, por se tratar de uma ameaça estrutural e permanente do capital e dos setores comprometidos com o desmonte dos serviços públicos, tende a retornar à pauta em breve. Novamente, será necessária ampla mobilização da categoria, em articulação e unidade com os demais setores do funcionalismo, para impedir novos ataques aos direitos, ao serviço público e à própria população trabalhadora que dele depende.

No cenário internacional da conjuntura, o imperialismo norte-americano se destaca no segundo mandato de Trump, cujas agressões internacionais – pelas pressões tarifárias ou agressões militares – apoiam e fortalecem a extrema direita global, a exemplo do que ocorre na Argentina, cuja expressão de destaque no início de 2026 é uma verdadeira devastação trabalhista no país, que aponta um grave cenário a toda América Latina.

Não se pode desconsiderar ainda, em relação ao segundo mandato de Trump, o papel das Big Techs, não apenas no apoio e na viabilização de sua eleição, mas na interferência direta na gestão da máquina pública, cujo símbolo máximo foi a inserção de Elon Musk em um aparato estatal de desmonte dos serviços públicos, o Departamento de Eficiência Governamental (DoGE, na sigla em inglês), estabelecendo um nefasto precedente ao mundo inteiro de ataques a direitos e ao interesse público mascarados de ampliação da “eficiência”. O

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

objetivo é o mesmo por trás da proposta de ‘reforma’ administrativa no Brasil: a transferência de recursos da administração pública diretamente à iniciativa privada.

Deste modo, as discussões sobre os elementos conjunturais e demais temas desta Plenária ganham destaque ímpar, pois não haverá futuro com direitos e condições dignas aos servidores e servidoras do Judiciário Federal e MPU – e talvez de todo o serviço público – sem a plena compreensão da conjuntura e da necessidade de luta conjunta dos diversos setores da classe trabalhadora, pois o projeto para o funcionalismo por parte dos setores neoliberais e das forças do capital como um todo, agora potencializadas por um intenso processo de dominação por meio da tecnologia, é o mesmo que para a iniciativa privada, qual seja, a devastação dos direitos, das condições de vida e trabalho e a precarização dos vínculos empregatícios.

O Brasil pós Bolsonaro

Muita expectativa se criou em setores populares e progressistas com a derrota eleitoral de Jair Bolsonaro em 2022, tema já debatido no âmbito da Federação. A eleição de Lula teve, sem dúvida, a importância histórica de impor uma derrota a um projeto de extrema direita, antidemocrático e golpista, como se comprovou nos eventos de 8/01/2023, embora já exposto durante todo o governo Bolsonaro, e que levou à inédita prisão de um ex-presidente por tentativa de golpe. No entanto, as expectativas iam além da simples derrota eleitoral: giravam em torno da necessidade de construção de políticas que enfrentassem os problemas estruturais do Brasil e o neoliberalismo, que são indissociáveis do crescimento da extrema direita.

Em que pese a derrota eleitoral e posterior prisão de Bolsonaro, a extrema direita seguiu e segue forte, articulada e organizada. Exemplo disso foi o episódio do “tarifaço” de Trump, vergonhosamente protagonizado pelo hoje ex-deputado Eduardo Bolsonaro, que buscou articular junto ao governo estadunidense a ofensiva tarifária que pressionou a economia e o governo brasileiro, impactando diversos setores com impostos de importação de 50%.

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

Essas tarifas foram, inclusive, julgadas ilegais em 2026 pela Suprema Corte dos EUA, demonstrando a falta de consenso da própria burguesia em torno desse patamar de interferência, muito embora a situação com o Brasil, especificamente, já houvesse sido anteriormente administrada em conjunto pelo governo brasileiro e setores tradicionais da burguesia junto àquele governo.

Ainda no segundo semestre de 2025, Eduardo Bolsonaro também articulou a aplicação da Lei Magnitsky – que permite a aplicação de sanções e restrições a estrangeiros acusados de graves violações a direitos humanos – contra autoridades brasileiras envolvidas na condenação de Bolsonaro por golpe, incluindo o ministro Alexandre de Moraes e sua esposa. Tudo isso num contexto que se somava ao intervencionismo dos EUA na América Latina, que já se preparava para atacar a Venezuela e sequestrar o presidente Nicolás Maduro, fato consumado em 03 de janeiro de 2026.

Destacamos esses elementos para evidenciar a grande atividade da extrema direita brasileira, que não pode ser subestimada e que se organiza para as eleições de 2026 e a disputa político-ideológica de longo prazo no Brasil. Nas ruas, porém, a extrema direita sofreu uma importante derrota, inédita após um período de considerável crescimento reacionário, quando o consórcio entre extrema direita e centrão, contando inclusive com alguns votos petistas, aprovou na Câmara dos Deputados a chamada “PEC da Bandidagem” (ou “PEC da Blindagem”), em setembro de 2025, cujo objetivo era ampliar a imunidade de deputados e senadores, dificultando investigações criminais pelo STF. A reação foi massiva, com protestos em todo o Brasil, derrotando a tentativa patrocinada pelo centrão e pela extrema direita, ao mesmo tempo em que se afirmou a legítima pauta do fim da escala 6x1.

Recentemente, esses mesmos setores se reorganizaram em torno da pauta da anistia aos golpistas do 8/1/2023 e conseguiram derrubar o veto presidencial ao chamado PL da Dosimetria.

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

É neste cenário conturbado, internacionalmente agressivo com a classe trabalhadora e com uma extrema direita ativa e em articulação, que se torna ainda mais preocupante o fato de o governo Lula seguir favorecendo o grande capital (principalmente o financista) e ampliando estruturalmente a precarização das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora. Em que pese sinalizar apoiar pautas importantes que surgem das lutas da classe — que dá sinais de grande vitalidade mesmo em um cenário de extrema precarização, como ficou evidente no movimento "Vida Além do Trabalho, pelo fim da escala 6x1" — e ceder à pressão das ruas, vetando o PL da Anistia, tais medidas são insuficientes em relação ao patamar das demandas e necessidades da classe.

Dois fatos na política ambiental são indicadores desta opção do governo pelo grande capital. O primeiro, em pleno contexto do país sediar a COP 30, foi, ao mesmo tempo, autorizar a exploração de petróleo na Foz do Rio Amazonas (agosto de 2025) – o que inclusive já gerou vazamentos com danos imensuráveis, tudo em nome do lucro. Outro fato sintomático, extremamente grave, se deu com o Decreto 12.600/2025, que na prática visava privatizar rios, autorizando a concessão de hidrovias na Amazônia, incluindo trechos dos rios Tapajós, Madeira e Tocantins, decreto derrotado pela intensa luta do movimento indígena.

É ainda fundamental compreender que o avanço da extrema direita, do neoliberalismo e da precarização social no Brasil possui profunda relação com o racismo estrutural, elemento indissociável do processo histórico de colonialismo na América Latina. A população negra segue sendo a principal vítima da violência de Estado, da superexploração do trabalho, do desemprego, da informalidade e da exclusão social. Neste sentido, teve grande importância a recente decisão do STF na ADPF 973, reconhecendo a existência do racismo estrutural no Brasil e a necessidade de enfrentamento institucional às desigualdades raciais históricas. O combate ao racismo deve ser compreendido como parte inseparável da luta da classe trabalhadora e das tarefas do movimento sindical, inclusive no interior do PJU e MPU.

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

Em todo esse contexto, a soberania nacional tem ficado em segundo plano frente aos interesses nefastos do capital. Com uma oportunidade de afirmar essa soberania no atualíssimo tema das terras raras, o governo fez a opção de apoiar uma regulamentação que cede aos interesses colonialistas e extrativistas, ao invés de afirmar nossa soberania com a criação da TerraBrás e o estabelecimento de uma política de desenvolvimento tecnológico. E é a aprovação do PL dos minerais críticos e terras raras, de caráter entreguista, o principal marco da reunião de Lula com Trump(maio/2026).

Também merece destaque a opção do governo em relação ao orçamento público, consolidando a política do teto de gastos estabelecida por Temer em 2017 – ao invés de repudiá-la – com o famigerado Novo Arcabouço Fiscal, que congela os gastos públicos, agora não mais por vinte anos, mas de forma indefinida, com uma pequena margem de crescimento, entre 0,6% e 2,5% ao ano além do IPCA. Essa evidente opção pelo rentismo, ao permitir o livre crescimento da dívida pública em detrimento dos gastos com serviços e políticas públicas, tem desdobramentos nefastos inevitáveis, como a imposição da necessidade de contenção de gastos com serviços públicos e previdência, assim “justificando” novas reformas administrativas e previdenciárias, além de colocar em risco os pisos constitucionais para saúde e educação.

A atuação do movimento sindical no atual governo

Não obstante a dimensão dos desafios, o movimento sindical tem enfrentado dificuldades na organização de suas lutas, situação frequentemente observada durante governos de frente popular que se reproduz no atual governo de frente ampla. A substituição dos processos de mobilização e luta pela atuação meramente burocrática das direções nas superestruturas se soma à ofensiva ideológica da direita – que busca desqualificar a organização da classe trabalhadora como forma de conquistar direitos, garantir avanços e evitar retrocessos – resultando em uma desconstrução das lutas por parte das

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

burocracias sindicais, que apontam apenas soluções de conciliação como o caminho para as categorias em mobilização.

Dessa forma, surgem falsos espaços de negociação, que reforçam a política das reuniões de gabinete e dos escritórios em detrimento das lutas, como é o caso da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) do MGI, no Executivo, e do Fórum de Discussão Permanente de Gestão da Carreira do Judiciário do CNJ, no Judiciário. Embora esses espaços não tenham trazido avanços concretos e falhem como espaços de negociação real, as direções burocráticas e governistas seguem os indicando como caminho para o atendimento das pautas das categorias, como é o caso dos setores cutistas no PJJ.

A MNNP inclusive tem sido marcada por pautas não encaminhadas, recusa de negociação com categorias em greve, e mesmo após firmados acordos, estes são descumpridos, levando as categorias a novas rodadas de mobilizações e greves. No Judiciário, o STF não encaminhou absolutamente nada do que foi debatido no Fórum de Carreira, no máximo a ideia do adicional de qualificação, mas sob patamares bem diferentes. Ainda assim, esses espaços seguem sendo defendidos por direções sindicais burocratizadas, mesmo já desacreditados pela base da categoria.

No movimento sindical geral, a situação é ainda mais preocupante. As pautas da classe trabalhadora ficam em segundo plano em relação aos processos eleitorais. Dessa forma, mobilizações que enfrentem o governo federal são diluídas ou desmontadas, enquanto inflam-se enfrentamentos a governos estaduais não ligados ao PT ou à “esquerda da ordem”, com o mero objetivo de impor desgastes eleitorais, sem fortalecer de fato as legítimas lutas e mobilizações que as categorias estaduais e municipais constroem duramente em torno de pautas urgentes e reais, puxadas por setores independentes, não ligados ao petismo. Esse cenário precisa ser compreendido para que, a partir do entendimento dos desafios conjunturais, a luta sindical classista possa cumprir o papel que precisa no atual sistema político.

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

Para o serviço público e servidores, segue o receituário neoliberal

Ao longo destes anos, numa visão bem profunda, não houve avanços em áreas estratégicas do serviço público, que sofre cada vez mais com privatizações e terceirizações. Do mesmo modo, questões fundamentais ao funcionalismo são, na prática, combatidas pelo governo, como a efetivação da data-base, prevista constitucionalmente, mas nunca cumprida, o que leva ao acúmulo absurdo de perdas salariais — que deveria ser pauta de justiça social deste governo. Deste modo, há uma grande distância entre um governo que se anunciou como “do povo”, mas que nas questões fundamentais tem privilegiado o capital, os ricos e os poderosos.

Cabe destacar o veto 45/2025 que de forma grave atingiu nossa categoria, que segue lutando por uma efetiva reestruturação de carreira, mas que conquistou a aprovação de uma recomposição, mesmo que parcial e insuficiente, em três parcelas anuais de 8%, e viu o presidente Lula vetar parcialmente tal recomposição com argumentos equivocados sobre a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal); veto contra o qual o LutaFenajufe tem lutado incessantemente. Neste momento, é importante sempre destacar nossa defesa histórica de um movimento sindical independente de partidos, administrações e governos, o que infelizmente não é regra nacionalmente na categoria, com diversos setores dirigentes ligados de forma organizada ao governo e às estruturas do PT, com forte presença em vários estados e na direção da Fenajufe.

O desmonte dos serviços públicos e a precarização do funcionalismo e até mesmo a destruição completa de diversas categorias de servidores e servidoras, é pauta estratégica para o capital, que busca transformar tudo em mercadoria. Neste cenário é muito grave a postura do governo em não buscar avançar em direitos, pelo contrário, ataca-os. O futuro para o funcionalismo será de grandes lutas contra projetos de desmonte mascarados de ‘reforma’ administrativa, a exemplo da PEC 38/2025.

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

O Poder Judiciário e a conjuntura

O Poder Judiciário ganhou bastante destaque nos últimos anos, como um contraponto ao golpismo da extrema direita, cujo ápice foi a condenação dos envolvidos na trama que culminou no 8/1/2023, inclusive do ex-presidente Jair Bolsonaro. Este papel foi importante e constitucionalmente adequado, porém cabe a nós avaliarmos com mais radicalidade este tema, pois partiu do STF um dos maiores ataques ao serviço público e ao funcionalismo dos últimos anos, realizando na prática uma verdadeira reforma administrativa por meio de uma decisão na ADI 2135, em novembro de 2024 – decisão contra a qual o Lutafenajufe se manifestou enfaticamente de forma contrária – e que considerou constitucional o trecho da Emenda 19/1998 (a ‘reforma’ administrativa de FHC e Bresser Pereira) que abriu a possibilidade de contratações por outros regimes, inclusive CLT, e facilita ainda mais a terceirização da atividade-fim nos serviços públicos – outra medida anteriormente ratificada pela corte na ADI 5735, entre outras decisões similares. São duros golpes aos serviços públicos, já que a emenda validada pelo Supremo extingue a obrigatoriedade do Regime Jurídico Único (RJU) para contratações do funcionalismo e desobriga os entes públicos do estabelecimento de planos de carreira a servidores e servidoras.

É também evidente a postura da corte majoritariamente favorável à “pejotização” – como é comumente chamada a fraude trabalhista na qual trabalhadores são contratados sem carteira assinada, mediante a imposição de contratação de pessoa jurídica. Recentemente, em fevereiro de 2026, em parecer ao STF, o procurador-geral da República defendeu a pejotização e que julgamentos sobre o tema devam ocorrer na Justiça comum. A pejotização não apenas destruirá os direitos de trabalhadores e trabalhadoras da iniciativa privada, pondo em xeque inclusive um eventual avanço do fim da escala 6x1, que poderia ser esvaziada e anulada pela pejotização, mas também é um grave ataque à Justiça do Trabalho e ao serviço público como um todo.

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

Longe de serem fenômenos isolados, o fim do RJU e a pejotização compõem elementos centrais de como as forças do capital compreendem o mundo do trabalho e o serviço público, lembrando também a posição de diversos ministros favoráveis à “uberização”. É evidente que o STF e o Poder Judiciário de uma forma geral – em que pese haver contradições, como é o caso da Justiça do Trabalho contrária à pejotização – se coloca como a vanguarda do atraso, que chamam de modernização, no que diz respeito ao serviço público e aos direitos dos trabalhadores.

A luta pela democratização do Judiciário

Em que pese as ressalvas feitas sobre o papel cumprido pelo Poder Judiciário como um importante ponto de contenção institucional ao golpismo, há que se debater o fato de que o Judiciário passa por um profundo e acelerado processo de desmoralização, como vemos por exemplo com o recente escândalo do Banco Master, que colocou os ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes no centro dos questionamentos, levando, inclusive à saída daquele da relatoria do caso.

Esse descrédito cada vez maior se deve, em grande parte, aos crescentes casos de corrupção, de assédio sexual e moral – que somente podem ser “punidos” com aposentadoria, um direito que parte expressiva da classe trabalhadora nem mais vislumbra — e aos privilégios que a magistratura acumula por autoconcessão, inclusive distorcendo o orçamento do Judiciário. Juízes acumulam supersalários e uma infinidade de penduricalhos que elevam seus rendimentos a níveis ainda mais escandalosos do que o imoral “auxílio-moradia” de outrora. Em que pesem as recentes medidas por meio de decisões de Flávio Dino e Gilmar Mendes em relação aos penduricalhos – que na prática resultaram na consolidação legal de diversos privilégios, com cumplicidade dos demais poderes – a questão é ainda mais profunda.

Em síntese, conforme destacamos, o Poder Judiciário, sob a liderança do STF, está aplicando uma agenda de devastação dos direitos da classe trabalhadora,

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

deixando claro o alinhamento da corte com os interesses e a agenda do grande capital. Exemplos disso incluem os já citados: fim do RJU, desmonte da legislação trabalhista, terceirização da atividade-fim, validação de práticas como a uberização e pejetização, além de diversas formas de contratação que enfraquecem a legislação trabalhista.

O movimento dos trabalhadores e trabalhadoras do PJU sempre teve entre suas principais bandeiras a democratização do Poder Judiciário. Retomar esse debate é essencial não apenas para a categoria, mas para toda a classe trabalhadora, pois a ausência de transparência e participação popular compromete a justiça e aprofunda a desigualdade no país. Democratizar o Judiciário significa rever os critérios de escolha de seus dirigentes, ampliar o controle social sobre tribunais e ministério público e garantir que a atuação desse Poder esteja voltada ao interesse público, e não apenas à preservação de privilégios da magistratura.

Sem reformas profundas, a cúpula do PJU seguirá como uma casta intocável, blindada contra qualquer fiscalização externa e operando em favor dos interesses do grande capital e da burguesia brasileira, em total desencontro com as necessidades reais da classe trabalhadora. Romper com essa estrutura exige medidas como o fim dos supersalários e penduricalhos, maior transparência na gestão orçamentária e participação efetiva da sociedade e dos servidores e servidoras nos processos decisórios. A luta unificada por um Judiciário mais democrático não é uma questão meramente corporativa, mas um passo fundamental para fortalecer a democracia e garantir que a justiça sirva, de fato, ao povo brasileiro.

Cabe aqui destacar o recente texto do ministro Flávio Dino defendendo uma “reforma do Judiciário”. Ainda que apresente elementos relacionados à crise de legitimidade e funcionamento do sistema de Justiça, a proposta parte, em grande medida, dos interesses e da visão das cúpulas do Judiciário em um momento de forte desgaste institucional. Cabe ao movimento sindical construir não apenas resistência aos ataques, mas também um verdadeiro debate sobre

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

reforma do PJU sob a perspectiva dos trabalhadores e trabalhadoras, da democratização do sistema de Justiça e do interesse público, e não simples ajustes de conveniência formulados pelas cúpulas para administrar a atual crise institucional, sendo tarefa desta Plenária debater e deliberar sobre este tema.

Reforma Administrativa, reestruturação produtiva e o futuro dos servidores e servidoras do Judiciário

A PEC 38/2025 não é um fenômeno isolado. Ela se soma a uma ofensiva mais ampla contra direitos, que atinge diretamente o funcionalismo público. Em diversos tribunais, especialmente em São Paulo, projetos inspirados na lógica do "fazer mais com menos" vêm sendo implementados, reconfigurando o trabalho e aprofundando a precarização.

Vivemos em uma sociedade organizada para atender às necessidades do capital. As transformações em curso — políticas, sociais e tecnológicas — estão a serviço, prioritariamente, da ampliação dos lucros. Isso significa mais controle social, mais exploração e mais concentração de riqueza. Não por acaso, vemos emergir formas de trabalho sem qualquer regulamentação ou direitos que lembrem o século XIX, como é o caso da uberização, e que avançam para o fim da lógica do trabalho — como expressamente manifestado na reforma trabalhista argentina. Numa sociedade desigual como a nossa, a tal "modernização" só aprofunda as contradições: mais precarização, menos salário, mais desemprego.

No PJU, estamos no centro desse processo. A introdução de novas tecnologias, a reorganização dos espaços, a divisão de tarefas e a imposição de metas numéricas e abstratas — tudo isso redefine nosso trabalho e impõe desafios enormes, agora e no futuro.

A produtividade cresceu nas últimas décadas, mas isso teve um preço. Mais tecnologia nem sempre significa melhores condições de trabalho. Muitas vezes

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

traz é intensificação da jornada de trabalho, maior desgaste e menos autonomia. O trabalhador produz mais, mas decide menos sobre o próprio processo de trabalho.

O modelo de gestão por metas, imposto há mais de dez anos pelo CNJ, deve ser tratado de forma crítica e dura. São metas impostas de cima para baixo, sem diálogo real com quem executa o trabalho, baseadas em números que pouco dizem sobre a qualidade da justiça entregue à população, mas que avançam em uma lógica produtivista de extrair o máximo de cada vez menos servidores e servidoras. O resultado é o estímulo à competição entre colegas, o desperdício de recursos públicos, o aumento do assédio moral e o adoecimento físico e mental.

A tecnologia não é neutra. Ela carrega as marcas das relações de poder existentes na sociedade e nas instituições. Do mesmo modo, a forma como o trabalho é organizado não deriva apenas de escolhas técnicas, mas de decisões políticas que refletem projetos em disputa.

As dimensões tecnológica, administrativa e política se articulam na reorganização do trabalho, num processo que impacta diretamente o futuro das carreiras e as condições de vida dos servidores e servidoras. Por isso, aprofundar esse debate e fortalecer a organização sindical faz-se urgente.

Um estudo recente da CSP-Conlutas, conduzido pelo ILAESE – Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos, indicou que somente até 2023, apenas 14,97% dos servidores públicos haviam sido pouco afetados pela Inteligência Artificial, com 60,11% sendo parcialmente afetados e 24,92% sendo muito afetados. Essa situação só tende a se aprofundar, trazendo ameaças a milhões de posições no serviço público.

Não é coincidência que neste contexto avancem projetos de reforma administrativa que miram a estabilidade. Precisamos enxergar a dimensão do ataque que enfrentamos: as mudanças tecnológicas podem servir como

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

instrumento político para tornar os servidores públicos descartáveis, justamente aqueles que são essenciais para garantir direitos e serviços à população.

Todos os segmentos da categoria são afetados: técnicos, analistas, oficiais de justiça e agentes de polícia judicial. A discussão sobre planos de carreira precisa ser retomada e atualizada com urgência, como condição para preservar direitos e condições dignas de trabalho, num cenário marcado pela crise econômica e pelo desmonte deliberado do serviço público.

É preciso força e unidade da classe trabalhadora

Encerramos esta contribuição a esta XXV Plenária Nacional com a convicção de que nossas lutas cotidianas — por salário, carreira, condições dignas de trabalho — não podem ser separadas da compreensão da conjuntura mais ampla, nem da defesa do serviço público, nem da unidade com o conjunto da classe trabalhadora. Apenas nesse caminho estaremos à altura dos ataques que sofremos e poderemos construir, de fato, uma agenda que atenda aos interesses de quem vive do trabalho, com processos de luta e mobilização que possam trazer vitórias às nossas pautas, caminhando para a construção de uma sociedade justa, sem exploração, com igualdade e dignidade para todas as pessoas.

Luciana Martins Carneiro - SP

APOIO

LutaFenajufe

Camila Oliveira Gradin

David Landau

Henrique Sales

Marcos Rodrigues

Marcos Trombeta

**CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA
XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE**

ENDOSSOS

Denise Carneiro

Maurício Rezzani

Isabella Leal

**CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA
XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE**

PROPOSTA Nº 005

1) Conjuntura

**CONJUNTURA INTERNACIONAL: TRUMP DESENCADEIA GUERRA
CONTRA OS POVOS, A RESISTÊNCIA CRESCE**

Resultado: APROVADO REJEITADA PREJUDICADA

TEXTO:

A ordem estabelecida após a segunda guerra mundial está desmoronando. Asfixiado, o sistema da propriedade privada dos meios de produção não encontra saída senão através do ataque a direitos, conquistas dos trabalhadores, da proliferação de guerras e ataque à soberania das nações. Esta é a origem da guerra na Ucrânia, o genocídio na Palestina, na guerra contra o Irã, com apoio de Israel e os inúmeros conflitos em curso na África e Ásia.

Os bombardeios dos EUA e Israel no Irã e no sul do Líbano já deixaram 5 mil mortos, 50 mil imóveis destruídos e forçaram o deslocamento de mais de um milhão de pessoas. O preço do barril de petróleo chegou a saltar 50% após um mês de ataques gerando o aumento dos preços dos combustíveis, fertilizantes e transportes, inclusive no Brasil. Tudo sob a impotência da ONU, mas também, a passividade dos países componente do BRICS divididos a respeito, contrariando quem acreditasse que o “bloco” fosse oferecer algum contraponto ao imperialismo estadunidense.

Donald Trump busca que outros países paguem pelo gigantesco déficit estadunidense por meio de tarifas alfandegárias, supressão de barreiras à entrada de mercadorias daquele país, realocização de fábricas para os Estados Unidos ou também por meio de ameaças contra a Colômbia, a asfixia

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

de Cuba e o sequestro do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro e a deputada e esposa Cília Florez, presos atualmente em Nova York.

A guerra também se desenvolve dentro dos próprios Estados Unidos, na perseguição aos migrantes com o ICE (serviço de imigração) - que vai ganhando contornos cada vez mais de milícia fascista - e ao próprio povo escalando medidas autoritárias contra o “inimigo interno” com o corte das verbas na saúde e o ataque à autonomia das universidades.

Sob a cínica justificativa de combate ao “narcoterrorismo” Trump busca novamente interferir no Brasil, México e Colômbia, e seguir com a aplicação de sua “Estratégia de Segurança Nacional”, desdobrada agora em no “Escudo das Américas”. A “Estratégia” do governo estadunidense é clara em seus três objetivos: frear a “migração ilegal e desestabilizadora”, neutralizar o “narcoterrorismo” e “garantir os suplementos críticos”. Para tanto, o documento anuncia “recompensas aos governos, partidos políticos e movimentos que se alinharem amplamente” com a agenda de Trump. É neste contexto que ocorrerão as eleições de outubro no Brasil.

Migrar não é crime!

Autorizado pela Suprema Corte para prender imigrantes que falem espanhol ou inglês com sotaque Trump planeja deportar 11 milhões de pessoas em situação irregular, destes 230 mil são brasileiros.

Trump ameaça o direito à migração. Sua política de deportações cria um problema social gravíssimo em suas nações de origem, onde a emigração foi a válvula de escape para a miséria pela ordem imperialista decadente. Defender o direito à migração significa defender que o trabalhador, independentemente de sua origem, tenha condições de se organizar, viver com dignidade e lutar coletivamente.

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

Resistência à Trump cresce mesmo dentro dos EUA, em março deste ano foram 8 milhões às ruas

Pesquisa Reuters/Ipsos realizada entre 20 e 23 de março aponta que somente 35% aprovam os ataques no Oriente Médio enquanto que a maioria, 61%, reprova. Olhando outros dados do levantamento é fácil explicar a queda de popularidade de Trump, que hoje está em apenas 31%. Quanto ao tema inflação/aumento de preços, o cenário não é diferente. 68% dos estadunidenses desaprovam a forma como Trump conduz enquanto somente 23% aprovam. De lá para cá, a reprovação do governo Trump somente aumentou.

No dia 28 de março, mais de oito milhões de pessoas em mais de 3300 mil atividades foram às ruas para as manifestações convocadas pela coalisão No Kings (“Sem Reis”) nos EUA. Essa é a terceira vez em menos de um ano que manifestações são convocadas sob este movimento. Há diferenças em relação à primeira rodada ocorrida em junho de 2025: comparativamente houve um aumento de quase 40% de atos em cidades menores. Em comparação aos atos de outubro, o de março ocorreu em 500 novos locais.

A consigna central continua sendo “No Kings”, ou seja, uma exigência de pôr fim ao que Trump está fazendo. Mas a pauta da mobilização também incluiu a exigência da abolição do ICE além do rechaço à guerra contra o Irã e genocídio na Palestina.

“O inimigo está em nosso próprio país, é o nosso governo”

Itália, Argentina, Estados Unidos... a culpa não é do povo. A ascensão da direita e da extrema-direita em vários países é o resultado da falência da tentativa de “dar uma cara humana à globalização”, não foram poucos os governos de “esquerda” ou “progressistas” que aplicaram programas de austeridade, alimentando a desilusão e abrindo caminho para aventureiros. Na Europa, a consigna “O inimigo está em nosso próprio país, é o nosso governo”

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

expressa a ojeriza aos governos que, sob o comanda da OTAN, aumentam os gastos militares para garantir a venda de armas estadunidenses para manter a máquina de guerra e pilhagem em funcionamento, em detrimento a recursos para aposentadorias, saúde e educação públicas.

Num mundo em crise, a ruptura com o imperialismo é o fio condutor para evitar um futuro de guerra e destruição que este sistema tenta impor à humanidade.

Paulo Roberto Rodrigues Guadagnin - RS

APOIO

Marcelo Machado Carlini
Paulo Roberto Rodrigues Guadagnin

ENDOSSOS

Rogério Martino Otelo Ávila
Mara Rejane Weber
Paulo Roberto Rodrigues Guadagnin
Jacqueline Silva de Albuquerque
Marcelo Machado Carlini

**CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA
XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE**

PROPOSTA Nº 006

1) Conjuntura

**CONJUNTURA NACIONAL: PASSAR O JUDICIÁRIO E O CONGRESSO DE
“9% DE CONFIANÇA” A LIMPO**

Resultado: APROVADO REJEITADA PREJUDICADA

TEXTO:

Passar o judiciário e o Congresso de “9% de confiança” a limpo

Nossa plenária ocorre há 4 meses as eleições. O debate sobre a conjuntura deve servir para orientar nossa ação em meio a ofensiva de Trump sobre os povos, expressão de um sistema em crise e sem saída senão a da guerra e da destruição da soberania e dos direitos.

Na raiz das mudanças não realizadas e dos direitos não atendidos ao povo brasileiro está as instituições. Um Congresso movido a emendas parlamentares bilionárias, uma representação distorcida, e deputados eleitos com o apoio financeiro dos banqueiros, empresários, agronegócio e, muitas vezes, em ligação a interesses estrangeiros. No judiciário, por sua vez, juízes acumulam privilégios autoconcedidos que nem mesmo as decisões do STF conseguem deter. Fora isso, as “reformas” regressivas de Temer e Bolsonaro foram paulatinamente validadas uma a uma pela corte.

Nenhuma “autoreforma” das instituições será capaz de fazer o que deve ser feito. Para reformar as instituições é preciso ouvir o povo brasileiro, pois nem os deputados abrirão mão dos R\$ 65 bi de emendas, e nem a magistratura abrirá mão do controle patrimonial do orçamento. É preciso abrir este debate dentro e fora da categoria.

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

Reformas de Temer e Bolsonaro continuam aí, precisam ser revogadas

Medidas do governo Lula aliviaram a vida do povo, programas sociais foram reestabelecidos, mas os empregos continuam precários, milhões esperam na fila do INSS, os orçamentos das universidades continuam estrangulados (resultado do arcabouço fiscal), as chacinas e a brutalidade policial continua e os serviços de saúde e educação estão longe do mínimo necessário. Os sistema tributário injusto preserva os super-ricos e os efeitos da reforma trabalhista, previdenciária e da lei das terceirizações estão aí. Nem mesmo um projeto de lei que acabe com os produtos do golpe de 2017 e das “reformas” de Bolsonaro foi enviado ao parlamento.

As mudanças adiadas precisam ser retomadas. É necessário retomar a luta pela revogação das reformas trabalhista, previdenciária e da lei das terceirizações que ameaça liquidar as conquistas e os serviços públicos. Da mesma forma, é na mobilização que será possível acabar com a histórica luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários e do fim da escala 6x1.

A culpa não é do povo, é do sistema político

A Polícia Federal e o Supremo Tribunal Federal investigam 40 mil emendas parlamentares indicadas entre 2020 e 2024, que são emendas saindo pelo ladrão. A suspeita de desvio é acompanhada do envolvimento do crime organizado com a Faria Lima, esta, por sua vez, envolvida na fraude de combustíveis. A escala da fusão entre deputados, o crime organizado e a Faria Lima expõe o sistema político.

Uma operação do Ministério Público de São Paulo demonstrou o ingresso do crime organizado na economia formal. Fintechs – bancos desregulados – e fundos de investimentos, foram usados para ocultar a origem da movimentação financeira estimada em R\$ 140 bi. Bancos como o Santander, Master, Genial e

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

outros, também estão sob investigação. Coincidentemente o Master quebrou e foi palco de um escândalo que gera calafrios no Congresso, no judiciário e se comunica com a família Bolsonaro.

A culpa não é do “povo que não sabe votar” e faz parlamentos cada vez piores. A questão fica clara quando vemos que Lula foi eleito com 50,9% dos votos em 2022 e os deputados do PT, Pcdob, Psol, PSB, PDT, Rede juntos tiveram 25% da Câmara. É o sistema político apodrecido que produz esse resultado.

Pesquisa Atlas-Intel de março desse ano sobre a confiança popular nas instituições nacionais colocou no fundo do poço o Congresso Nacional. Apenas 9% dos entrevistados dizem confiar no parlamento. Na mesma pesquisa a confiança o STF declinou bruscamente entre agosto do ano passado e março de 2026 caindo de 51% para 34%.

Crise entre juízes “azuis” e “vermelhos” e a defesa da Justiça do Trabalho

A recente crise em sessão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), entre o presidente, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, e o ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, expõe, em última análise ecos da luta social. Ives classificou os juízes, em um slide apresentado em curso do Instituto de Estudos Jurídicos Aplicados (IEJA), como “azuis” e “vermelhos” – os primeiros seriam “liberais” e os outros “intervencionistas”.

Ives Grandra acusou que uma interpretação da lei que amplie os direitos trabalhistas “vai fazer cair o peso (...) nas empresas no sentido de que vai ser mais difícil dar empregabilidade”. Tal como no argumento cínico dos empresários contra fim da jornada 6X1.

No fundo, a crítica aos juízes que Gandra classificou como “vermelhos” tem contornos e interesses bem definidos. Em 2025, a Justiça do Trabalho registrou o pagamento recorde de R\$ 50,6 bilhões aos trabalhadores, o maior valor nominal da série histórica. Também em 2025, o número de novos processos

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

superou os níveis anteriores à reforma de 2017. Esses processos não deixam de ser uma forma de luta contra as consequências da reforma trabalhista.

Esses são os motivos que movem a ofensiva do STF e da PGR sobre a Justiça do Trabalho. Em 2025, o ministro do STF, Gilmar Mendes suspendeu os processos judiciais contra a “pejotização” – contratação de empresas terceirizadas ou de trabalhadores sob a forma de pessoa jurídica. Em fevereiro de 2026, o PGR, Paulo Gonet, enviou ao Supremo parecer favorável à pejotização e avaliou que esses casos devem ser julgados pela Justiça comum, não pela Justiça do Trabalho, dificultando o reconhecimento de fraudes trabalhistas.

A defesa da Justiça do Trabalho, mesmo a resposta aos ataques “internos”, deve ocupar um lugar central no debate e na ação da Fenajufe e dos sindicatos filiados.

Não somos neutros na disputa de outubro

A derrota da indicação do governo da vaga ao STF e derrubada do veto da anistia disfarçada de dosimetria revelam novamente não somente o caráter do centrão à extrema-direita, mas a expressão do sistema político. Isso se mistura com um Judiciário rechado de privilégios e com relações turvas com as elites políticas e econômicas do agronegócio, na mineração exportadora e no capital financeiro da Faria Lima. São eles que comandam o show no Congresso Nacional, sob a sombra da tutela militar (Artigo 142).

Não somos neutros frente à disputa presidencial na medida em que o retorno da coalisão em torno de Bolsonaro ao governo seria um desastre para os trabalhadores e os serviços públicos. Não esquecemos os 4 anos de congelamento salarial, a PEC 32 da reforma administrativa de Paulo Guedes, a ameaça de extinção da Justiça do Trabalho e a reforma da previdência. Nos últimos quatro anos recuperamos parte das perdas salariais, a PEC 32 foi engavetada, a PEC 38 de Hugo Mota não contou com o apoio do Executivo,

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

Lula enviou ao Congresso o PL de regulamentação da Convenção 151 da OIT e a aprovação do projeto de fim da 6x1 e redução da jornada, que será uma grande conquista para todos os trabalhadores. Mas ainda há luta pela frente, o arcabouço fiscal trava os investimentos necessários e o sistema político e as instituições precisam ser profundamente reformadas.

É urgente uma reforma política que mude as regras eleitorais, com o voto em lista pré-ordenada, financiamento público exclusivo e proporcionalidade direta nas eleições para o Congresso Nacional (um cidadão/cidadã = um voto). Uma reforma política na perspectiva de um debate e um movimento por uma Assembleia Constituinte Soberana é o caminho para reformar de cima abaixo as instituições e revogar as contrarreformas do golpe - trabalhista e previdenciária -, para acabar com a tutela militar (fim do art. 142 da GLO), para reformar os privilégios do judiciário, para reestatizar, para recuperar o preceito de empresa nacional abolido na fase FHC, e fazer as reformas populares adiadas.

Paulo Roberto Rodrigues Guadagnin - RS

APOIO

Marcelo Machado Carlini, JF/RS

Paulo Roberto Rodrigues Guadagnin, TRT/RS

ENDOSSOS

Paulo Roberto Rodrigues Guadagnin

Marcelo Machado Carlini

Jacqueline Silva de Albuquerque

Mara Rejane Weber

**CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA
XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE**

PROPOSTA Nº 007

1) Conjuntura

RESOLUÇÃO DE CONJUNTURA

Resultado: APROVADO REJEITADA PREJUDICADA

TEXTO:

Proposta de RESOLUÇÃO DE CONJUNTURA

2º Semestre de 2026 e perspectivas para 2027

A XXV Plenária Nacional da Fenajufe, reunida em Salvador/BA, entre os dias 04 e 07 de junho de 2026, afirma que o atual momento histórico, marcado pela ofensiva do capital financeiro, pelo avanço autoritário da extrema direita, pela intensificação das disputas geopolíticas e pela corrosão de direitos sociais e democráticos, exige da categoria não apenas resistência, mas elevada capacidade de organização, unidade política, consciência de classe, firmeza estratégica e disposição permanente de luta.

O cenário internacional contemporâneo é marcado pelo aprofundamento das disputas geopolíticas entre potências, pela intensificação das agressões imperialistas e pela consolidação de uma ordem global subordinada aos interesses do capital financeiro transnacional e das grandes corporações tecnológicas estrangeiras, que transformam dados, algoritmos, inteligência artificial e plataformas digitais em instrumentos centrais de dominação econômica, política e cultural. Paralelamente, o avanço da extrema direita e de governos de orientação neofascista aprofunda uma crise civilizatória marcada pela naturalização da violência política, pela corrosão das instituições democráticas, pela disseminação do ódio como método de mobilização social e

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

pela mercantilização extrema da vida. É nesse contexto que se inserem o genocídio do povo palestino promovido pelo Estado sionista de Israel com sustentação das potências imperialistas, as permanentes tentativas de desestabilização da Venezuela, o bloqueio econômico imposto ao povo cubano e a escalada das tensões militares envolvendo os Estados Unidos e o Irã, processos que evidenciam a utilização recorrente da guerra, das sanções econômicas e da coerção política como mecanismos de manutenção da hegemonia global dos EUA.

A Fenajufe repudia os atos ilegais em águas internacionais que resultaram no sequestro e tortura do ativista brasileiro Thiago Ávila e do ativista espanhol-palestino Saif Abu Keshek que integravam a Flotilha Global Sumud, uma missão humanitária que tentava romper o bloqueio naval à Faixa de Gaza para entregar suprimentos.

Diante dessa conjuntura, a solidariedade internacionalista assume dimensão estratégica para a defesa da autodeterminação dos povos, da soberania nacional, da democracia e do multilateralismo, exigindo fortalecimento das formas coletivas de resistência, articulação continental dos movimentos sindicais e sociais e enfrentamento permanente às tentativas de subordinação política, econômica e tecnológica dos países periféricos aos interesses do capital internacional e das corporações transnacionais. Defender uma Palestina livre, manifestar solidariedade ao povo cubano e repudiar as intervenções imperialistas significa afirmar que os direitos humanos, a democracia e a soberania dos povos não podem permanecer submetidos à lógica seletiva e violenta das grandes potências.

A defesa da soberania nacional exige atuação permanente em todas as suas dimensões: territorial, ambiental, energética, tecnológica e digital. Isso significa proteger os recursos naturais, em especial as chamadas terras raras, o patrimônio público, a capacidade produtiva do país, os dados estratégicos nacionais, as infraestruturas críticas e a autonomia do Estado brasileiro diante das pressões do capital financeiro internacional, das corporações

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

transnacionais e das tentativas de subordinação política e econômica do país. Nesse cenário, reafirmamos a defesa intransigente do Estado Democrático de Direito e a necessidade de responsabilização de todos os envolvidos na tentativa de golpe de Estado ocorrida no Brasil, rejeitando qualquer iniciativa de anistia a golpistas, financiadores e articuladores de ataques à democracia. O momento histórico vivido pelo país, marcado inclusive pela responsabilização e condenação de setores militares e de generais envolvidos nas ações golpistas, demonstra que a democracia brasileira somente será fortalecida com memória, justiça, participação popular e compromisso permanente para impedir qualquer nova ruptura institucional.

A transição tecnológica e energética não pode ser conduzida pelos interesses do mercado internacional, da mineração predatória, da exploração dos territórios e da precarização do trabalho. A Fenajufe se soma à defesa de uma transição energética justa, popular, soberana, ambientalmente responsável e construída com participação das trabalhadoras, dos trabalhadores e das comunidades atingidas;

No Brasil, a classe trabalhadora enfrenta os efeitos de um modelo econômico que concentra renda, mantém juros elevados, restringe investimentos públicos, precariza vínculos e tenta responsabilizar os gastos sociais pelos problemas do país. Para a Fenajufe, não há saída real para a crise sem valorização do trabalho, fortalecimento do Estado, justiça tributária, redução das desigualdades e garantia de serviços públicos de qualidade para a população;

O atual modelo econômico neoliberal, colonialista e subordinado à lógica do mercado financeiro internacional, aprofunda desigualdades, fragiliza a soberania nacional e limita a capacidade do Estado enquanto garantidor de direitos sociais e promotor de desenvolvimento com justiça social. Trata-se de uma estrutura econômica voltada à concentração de renda, à mercantilização da vida, à precarização do trabalho e à transferência permanente de recursos públicos para os setores super ricos da sociedade, preservando os interesses

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

do sistema da dívida e do capital especulativo em detrimento das necessidades da população.

A Fenajufe reafirma a necessidade de enfrentamento desse modelo e da construção de um Estado social, democrático, soberano e garantidor de direitos, comprometido com a valorização do trabalho, a redução das desigualdades e o fortalecimento dos serviços públicos. Nesse sentido, é fundamental enfrentar a política de juros elevados e as limitações impostas pelo arcabouço fiscal, que restringem investimentos sociais, comprometem políticas públicas essenciais e atingem diretamente as condições de vida da classe trabalhadora, sem enfrentar os privilégios do sistema financeiro e os mecanismos de remuneração da dívida pública. Também é necessário combater a lógica das emendas parlamentares sem transparência e sem controle social efetivo, bem como enfrentar os privilégios tributários, as renúncias fiscais injustificadas e os mecanismos de proteção aos grandes devedores, que aprofundam a desigualdade e enfraquecem a capacidade de financiamento das políticas públicas e dos direitos sociais.

A luta pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, constitui reivindicação histórica da classe trabalhadora e expressa a necessidade de enfrentar um modelo produtivo fundado na exaustão permanente, na intensificação do trabalho e na captura integral do tempo de vida pelas exigências do mercado. Trata-se de uma disputa que ultrapassa a dimensão econômica e alcança o direito ao descanso, à convivência social, ao cuidado, à saúde física e mental e à própria dignidade humana.

Ao defender a redistribuição social dos ganhos de produtividade, a Fenajufe reafirma que o desenvolvimento tecnológico e o aumento da capacidade produtiva não podem continuar servindo exclusivamente à ampliação do lucro e da concentração de riqueza, enquanto trabalhadoras e trabalhadores permanecem submetidos à sobrecarga, ao adoecimento e à precarização das

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

condições de vida. Nesse sentido, essa pauta dialoga diretamente com a realidade do serviço público e com a necessidade de enfrentar os modelos de gestão produtivistas que transformam metas e desempenho em mecanismos permanentes de pressão, adoecimento e desgaste laboral.

A violência contra as mulheres, o feminicídio, o racismo, a LGBTfobia, o capacitismo e as múltiplas formas de opressão permanecem como expressões estruturais da sociedade brasileira, reproduzindo-se também nos locais de trabalho, nas instituições públicas e no próprio movimento sindical. Enfrentar essas violências exige mais do que respostas episódicas ou protocolares, demanda compromisso político permanente com formação, prevenção, acolhimento, responsabilização e construção de ambientes efetivamente democráticos e livres de discriminação.

Nesse contexto, o combate ao feminicídio passa necessariamente pelo reconhecimento da política de cuidados (Lei nº 15.069/2024 e Decreto nº 12.562/2025) como dimensão central da proteção social e da garantia do direito à vida das mulheres, em especial das mulheres negras, uma vez que a sobrecarga histórica do trabalho de cuidado, exercido majoritariamente por mulheres, aprofunda desigualdades, produz dependência econômica e dificulta a ruptura de ciclos de violência. A Fenajufe reafirma, portanto, a defesa de políticas públicas integradas de cuidado, proteção e acolhimento, bem como a importância da adesão da Federação ao Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, fortalecendo seu compromisso institucional e político com a defesa da vida das mulheres e dos segmentos historicamente oprimidos.

No serviço público, a regulamentação da negociação coletiva constitui pauta estratégica para democratizar as relações de trabalho e enfrentar uma estrutura historicamente marcada pela unilateralidade administrativa e pela limitação da participação efetiva das servidoras e servidores nas decisões do Estado. Em um contexto de intensificação produtivista, restrições fiscais e precarização das condições de trabalho, a negociação coletiva torna-se

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

instrumento fundamental de valorização do serviço público, mediação democrática de conflitos e fortalecimento da organização sindical.

Nesse cenário, o PL 1893/2026 representa importante avanço político e institucional ao reconhecer a negociação coletiva como direito permanente das servidoras, servidores e empregados públicos, prever mesas permanentes de negociação e fortalecer a representação sindical no setor público, inclusive mediante alterações na Lei nº 8.112/1990. A proposta amplia mecanismos de participação coletiva e fortalece a capacidade de defesa dos direitos da categoria diante das crescentes pressões sobre o serviço público e sobre as condições de trabalho.

A Fenajufe deve assumir papel ativo, articulado e combativo na luta pela aprovação do PL 1893/2026, mobilizando a categoria, incidindo politicamente junto ao Congresso Nacional e fortalecendo a defesa da regulamentação efetiva da negociação coletiva no serviço público. A Federação deve defender especialmente os dispositivos que ampliam as garantias para o exercício da atividade sindical e asseguram a possibilidade de liberação de dirigentes sindicais sem ônus para a categoria, medida essencial para fortalecer a autonomia sindical, ampliar a capacidade de organização coletiva e assegurar condições concretas de defesa das servidoras e servidores do PJU e MPU frente aos desafios institucionais e políticos do próximo período.

No âmbito do PJU e MPU, persistem desafios estruturais que impactam diretamente as condições de trabalho, a saúde da categoria e a própria capacidade de funcionamento do sistema de justiça, entre eles a recomposição salarial, a reestruturação das carreiras, a implementação efetiva do Adicional de Qualificação, o déficit crônico de pessoal, a sobrecarga laboral, as desigualdades internas e a ausência de mecanismos permanentes de negociação coletiva regulamentada. Tais problemas não podem ser analisados de forma isolada, pois decorrem de um modelo de gestão cada vez mais subordinado à lógica produtivista e gerencial, que transforma metas quantitativas, controle permanente de desempenho e racionalização

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

administrativa desumanizantes em diretrizes centrais da organização do trabalho no Judiciário.

Preocupa o aprofundamento de modelos de gestão marcados pelo produtivismo, pelo controle excessivo de metas e pela lógica gerencial voltada prioritariamente aos indicadores quantitativos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça. A imposição desse modelo tem ampliado a sobrecarga de trabalho, desrespeitado o direito ao descanso, precarizado as relações de trabalho e contribuído diretamente para o crescimento dos casos de assédio moral, violência institucional, sofrimento psíquico e adoecimento entre as servidoras e os servidores. A Fenajufe reafirma a necessidade de enfrentamento dessa lógica de gestão, denunciando seus impactos nocivos sobre a saúde física e mental da categoria e defendendo um modelo de organização do trabalho que respeite limites humanos, valorize as pessoas, assegure condições dignas de trabalho e coloque a saúde e a vida acima das metas e da produtividade.

Por essa razão, a luta pela valorização das servidoras e servidores do PJU e MPU não pode se restringir às pautas remuneratórias, embora estas permaneçam na centralidade da nossa ação. Ela envolve também a defesa de condições dignas de trabalho, da democratização das estruturas institucionais do Judiciário, da construção de mecanismos efetivos de negociação coletiva e da superação de modelos administrativos baseados exclusivamente na lógica da produtividade e da contenção fiscal. Defender a saúde da categoria, enfrentar o assédio institucional e combater a precarização do trabalho tornaram-se dimensões inseparáveis da luta em defesa de um Judiciário verdadeiramente democrático, humanizado e comprometido com os direitos sociais e com a dignidade do trabalho público.

A PEC 50/25, que dispõe sobre a ampliação da participação das servidoras e servidores nos espaços de formulação e decisão institucional e o fortalecimento de mecanismos permanentes de diálogo, transparência e controle social no sistema de justiça, deve ser tratada como instrumento estratégico para ampliar

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

a participação das servidoras e servidores nos espaços de formulação e decisão do Conselho Nacional de Justiça, fortalecendo a democratização institucional do Judiciário e rompendo com a lógica de decisões tomadas sem a escuta da categoria.

O processo eleitoral de 2026 insere-se em uma conjuntura de profunda disputa de projetos para o país e assume importância estratégica para a classe trabalhadora diante da permanência e reorganização das forças de extrema direita e dos setores autoritários que seguem atuando política, social e institucionalmente no Brasil. A derrota eleitoral do bolsonarismo em 2022 não significou o encerramento das práticas neofascistas, das tentativas de ruptura democrática e dos projetos de retirada de direitos, privatização do Estado e submissão da soberania nacional aos interesses do capital financeiro internacional. Ao contrário, tais forças permanecem mobilizadas na tentativa de reconstruir sua influência sobre o Estado e sobre a sociedade, difundindo autoritarismo, intolerância, desinformação e ataques permanentes às instituições democráticas e aos direitos sociais. Nesse cenário, as eleições de 2026 adquirem dimensão histórica e decisiva para barrar projetos autoritários, antipopulares e entreguistas, criando condições concretas para a defesa da democracia, da soberania nacional, do serviço público, das liberdades democráticas e da ampliação das lutas e conquistas da classe trabalhadora.

A Plataforma Política das Trabalhadoras e dos Trabalhadores do PJU e MPU precisa ser reativada, atualizada e amplamente difundida como instrumento estratégico de unidade nacional da categoria, formulação programática, diálogo com a sociedade e incidência política no processo eleitoral de 2026. Em um cenário marcado pela disputa intensa entre projetos antagônicos de país, pela reorganização das forças autoritárias e pela crescente captura das instituições públicas pelos interesses do mercado financeiro e das grandes corporações transnacionais, torna-se indispensável que a categoria fortaleça sua capacidade de intervenção política coletiva, articulando suas reivindicações imediatas a um projeto mais amplo de defesa da democracia, da soberania nacional, dos direitos sociais e do serviço público.

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

Nesse sentido, a Fenajufe precisa ampliar sua capacidade de mobilização e incidência institucional, buscando compromissos públicos das candidaturas à Presidência da República, aos governos estaduais, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e às Assembleias Legislativas com a democracia, a valorização dos serviços públicos e das servidoras e servidores, a regulamentação da negociação coletiva, a democratização do Judiciário, a recomposição das carreiras, a defesa dos direitos trabalhistas e a defesa de um Estado garantidor de direitos e promotor de justiça social. Não se trata apenas de disputar pautas corporativas, mas de afirmar o papel estratégico do serviço público na redução das desigualdades, na efetivação de políticas públicas e na proteção da democracia frente às ofensivas privatistas, ultraliberais e autoritárias.

A Fenajufe reafirma, portanto, que não existe neutralidade possível diante de projetos políticos que precarizam o trabalho, atacam direitos sociais, enfraquecem o Estado, subordinam o país aos interesses do capital financeiro internacional e naturalizam práticas autoritárias incompatíveis com a democracia. Em momentos históricos de elevada tensão social e institucional, a falsa neutralidade frequentemente opera como mecanismo de legitimação da retirada de direitos e da ampliação das desigualdades. Por isso, cabe à categoria posicionar-se de forma consciente, organizada e politicamente consequente em defesa de um projeto comprometido com a classe trabalhadora, com a democracia, com a soberania nacional, com a justiça social, com os direitos humanos e com serviços públicos fortes, democráticos, acessíveis e de qualidade.

O próximo período projeta-se como uma encruzilhada histórica para o país, na qual estarão em disputa não apenas governos ou maiorias parlamentares, mas os próprios fundamentos do Estado brasileiro, o sentido material da democracia e a possibilidade concreta de construção de uma sociedade menos desigual, radicalmente democrática e efetivamente comprometida com a dignidade humana e os direitos sociais. A história demonstra que nenhum direito foi

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

concedido espontaneamente às trabalhadoras e aos trabalhadores, todos foram fruto de organização coletiva, consciência política e luta social. É essa compreensão que deve orientar a atuação da Fenajufe e da categoria no próximo período, fortalecer a unidade, ampliar a mobilização e transformar a capacidade coletiva de resistência em força concreta de intervenção política e conquista social.

Diante disso, a XXV Plenária Nacional da Fenajufe RESOLVE:

1. Reafirmar a defesa da democracia, da soberania nacional, dos direitos sociais, do serviço público e da valorização da classe trabalhadora como eixos centrais da atuação da Fenajufe no próximo período, compreendendo que a defesa do Estado democrático constitui condição indispensável para o avanço das pautas de interesse das trabalhadoras e trabalhadores.

2. Atuar para que o Poder Judiciário enfrente de forma democrática e transparente os impactos da inteligência artificial, da governança digital e das novas tecnologias sobre as relações de trabalho, a proteção de dados, a prestação jurisdicional e os direitos fundamentais, assegurando participação efetiva das servidoras e servidores nos processos decisórios relacionados à transformação tecnológica do sistema de justiça.

3. Intensificar a luta pela recomposição salarial, pela reestruturação das carreiras do PJU e MPU, pela implementação efetiva do Adicional de Qualificação, pela valorização dos cargos, pelo enfrentamento ao déficit de pessoal e pela melhoria das condições de trabalho, denunciando os impactos do produtivismo institucional, da sobrecarga laboral e dos modelos de gestão que ampliam adoecimento, assédio e precarização no Judiciário.

4. Incorporar de forma permanente à atuação sindical da Fenajufe o enfrentamento ao feminicídio, à violência de gênero, ao racismo, à LGBTfobia, ao capacitismo, ao etarismo, ao assédio moral e sexual e a todas as formas de opressão presentes também nos locais de trabalho, nas instituições públicas e

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

no movimento sindical, reafirmando a centralidade da Política de Cuidado (Lei nº 15.069/2024 e Decreto nº 12.562/2025) e a adesão da Federação ao Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios como instrumento de fortalecimento institucional e político da luta em defesa da vida das mulheres.

5. Atuar e fortalecer a mobilização nacional pela aprovação do PL 1893/2026, que regulamenta a negociação coletiva no setor público e fortalece a representação sindical das servidoras e servidores públicos, defendendo sua aplicação efetiva no âmbito do PJU e MPU e assegurando especialmente as garantias ao exercício da atividade sindical e à liberação de dirigentes sindicais sem ônus para a categoria, como medida de prevenção de conflitos, redução da judicialização, fortalecimento da representação sindical e melhoria dos serviços prestados à população.

6. Intensificar a luta pela democratização do Poder Judiciário, apoiando a PEC 50/2025 e defendendo a ampliação da participação das servidoras e servidores nos espaços de formulação e decisão institucional, bem como o fortalecimento de mecanismos permanentes de diálogo, transparência e controle social no sistema de justiça.

7. Apoiar e fortalecer a luta histórica da classe trabalhadora pela redução da jornada de trabalho, pelo fim da escala 6x1 e pela manutenção integral dos salários, compreendendo essa pauta como instrumento de defesa da saúde, do direito ao descanso, da qualidade de vida, da convivência social e da distribuição social dos ganhos de produtividade.

8. Defender a soberania digital brasileira, com regulação democrática das plataformas digitais, transparência algorítmica, proteção de dados, controle público sobre o uso da inteligência artificial, a construção de políticas tecnológicas comprometidas com os direitos fundamentais, a soberania nacional e a proteção do trabalho frente aos processos de automação e garantia de que a tecnologia esteja a serviço da população e não da precarização do trabalho e do avanço do autoritarismo.

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

9. Denunciar o avanço das agressões imperialistas, da financeirização da economia, a mercantilização da vida em todas as suas dimensões, do poder desmedido das big techs estrangeiras e das tentativas de subordinação dos países periféricos aos interesses do capital internacional. Nesse sentido reafirmamos a solidariedade internacionalista e a defesa da autodeterminação dos povos

10. Defender uma transição energética justa, soberana, popular e ambientalmente responsável, com proteção dos territórios, das comunidades atingidas, dos direitos trabalhistas.

11. Reafirmar que a Fenajufe deve atuar com independência política, unidade, combatividade, responsabilidade histórica e compromisso permanente com os interesses da classe trabalhadora, sem neutralidade diante de projetos que atacam direitos, precarizam o trabalho, enfraquecem o Estado democrático e subordinam o país aos interesses do capital financeiro e das corporações transnacionais.

12. Reativar, atualizar e divulgar amplamente a Plataforma Política das Trabalhadoras e dos Trabalhadores do PJU e MPU, como instrumento de unidade nacional da categoria, incidência política, diálogo com a sociedade e orientação programática para o processo eleitoral de 2026.

13. Buscar compromissos públicos das candidaturas de 2026, em âmbito nacional e nos estados, com a Plataforma Política das Trabalhadoras e dos Trabalhadores do PJU e MPU, por meio de debates, cartas-compromisso, sabatinas, atividades públicas e ações de incidência junto às candidaturas à Presidência da República, governos estaduais, Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas.

14. Orientar a atuação da Fenajufe no processo eleitoral de 2026 em defesa de um projeto político comprometido com a democracia, a soberania nacional, a

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

valorização do serviço público, a justiça tributária, a redução das desigualdades, a proteção do trabalho, os direitos sociais, os direitos humanos, a negociação coletiva, e a valorização das servidoras e servidores públicos e o fortalecimento das políticas públicas como instrumentos de garantia de cidadania e justiça social.

RESUMO:

A XXV Plenária Nacional da Fenajufe, reunida em Salvador/BA, entre os dias 04 e 07 de junho de 2026, afirma que a conjuntura contemporânea impõe à classe trabalhadora um dos períodos mais complexos e decisivos das últimas décadas.

O cenário internacional é marcado pelo aprofundamento das disputas geopolíticas entre potências, pela intensificação das agressões imperialistas, pela financeirização extrema da economia e pela consolidação de um capitalismo de plataforma no qual grandes corporações transnacionais — especialmente as big techs estrangeiras — passaram a exercer influência direta sobre os fluxos de informação, os processos democráticos, a organização do trabalho, a soberania dos países e a própria experiência social contemporânea. Trata-se de uma reconfiguração estrutural do poder global, na qual algoritmos, dados, inteligência artificial e infraestrutura digital convertem-se em instrumentos centrais de dominação econômica, política e cultural.

Ao mesmo tempo, o avanço internacional da extrema direita e de governos de orientação neofascista aprofunda uma crise que já não é apenas econômica ou institucional, mas civilizatória. A naturalização da violência política, o crescimento do autoritarismo, a disseminação do ódio como método de mobilização social e a corrosão deliberada das instituições democráticas revelam o esgotamento de um modelo neoliberal que mercantiliza a vida, destrói direitos e transforma insegurança permanente em mecanismo de governabilidade. Nesse contexto, o genocídio do povo palestino promovido pelo Estado de Israel com sustentação das potências imperialistas tornou-se

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

expressão brutal da seletividade moral da ordem internacional contemporânea e da banalização da barbárie como instrumento geopolítico. Da mesma forma, persistem as tentativas de desestabilização da Venezuela, o bloqueio econômico imposto ao povo cubano e a escalada de tensões militares envolvendo os Estados Unidos e o Irã, cujos desdobramentos afetam diretamente a estabilidade internacional e aprofundam os riscos de expansão de conflitos de grandes proporções.

Diante desse cenário, a solidariedade internacionalista deixa de constituir apenas valor histórico da classe trabalhadora para assumir dimensão estratégica. A defesa da autodeterminação dos povos, da soberania nacional e do multilateralismo exige articulação continental dos movimentos sindicais e sociais, fortalecimento das formas coletivas de resistência e enfrentamento permanente às tentativas de subordinação política e econômica dos países periféricos aos interesses do capital financeiro internacional e das corporações transnacionais. Defender uma Palestina livre, manifestar solidariedade ao povo cubano e repudiar toda forma de intervenção imperialista significa afirmar que a democracia e os direitos humanos não podem continuar submetidos à lógica seletiva dos interesses geopolíticos das grandes potências.

No Brasil, os impactos desse processo se articulam a um modelo econômico neoliberal, financeirizado e historicamente subordinado às dinâmicas coloniais de dependência. Trata-se de uma racionalidade política que restringe o papel do Estado, transforma direitos sociais em obstáculos fiscais e submete a vida coletiva aos imperativos da acumulação financeira. Enquanto os juros elevados drenam recursos públicos para o sistema da dívida, o chamado arcabouço fiscal impõe limites severos aos investimentos sociais, às políticas públicas e às condições materiais de reprodução digna da vida da população trabalhadora, preservando intactos os privilégios do rentismo, das grandes isenções tributárias e dos mecanismos de concentração de renda. A austeridade, portanto, não opera como solução econômica, mas como tecnologia permanente de administração das desigualdades.

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

Nesse contexto, a defesa da soberania nacional assume caráter multidimensional: territorial, ambiental, energética, produtiva, tecnológica e digital. O país não pode permanecer submetido ao controle privado e estrangeiro sobre dados estratégicos, plataformas digitais, sistemas algorítmicos e infraestruturas tecnológicas que impactam diretamente os serviços públicos, a democracia e a capacidade regulatória do Estado brasileiro. A disputa pela soberania digital tornou-se também disputa pela própria capacidade de autodeterminação política e institucional do país.

A defesa da democracia exige igualmente enfrentamento firme às forças autoritárias que permanecem organizadas no Brasil mesmo após a derrota eleitoral do bolsonarismo. A tentativa de golpe de Estado revelou a permanência de setores civis, empresariais, militares e políticos comprometidos com projetos de ruptura institucional, destruição de direitos e submissão do país a interesses antipopulares e entreguistas. Por isso, não haverá fortalecimento democrático sem memória, responsabilização e justiça. Qualquer tentativa de anistia aos articuladores, financiadores e executores de ataques à ordem constitucional representa ameaça concreta à democracia brasileira e à soberania popular.

No âmbito do serviço público e do Poder Judiciário, tais contradições assumem expressão concreta na intensificação dos modelos de gestão produtivistas, no aprofundamento da sobrecarga laboral e na ampliação do adoecimento físico e mental das servidoras e servidores. A lógica gerencial fundada exclusivamente em metas quantitativas e controle permanente transforma a exaustão em método de gestão, precariza relações de trabalho e amplia casos de assédio moral, violência institucional e sofrimento psíquico. A incorporação acelerada de novas tecnologias e sistemas de inteligência artificial, sem debate democrático e participação efetiva da categoria, aprofunda ainda mais esse cenário, impondo à Fenajufe a necessidade de disputar também os rumos da governança digital e da organização contemporânea do trabalho no Judiciário.

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

Ao mesmo tempo, a luta pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial, pelo fim da escala 6x1 e pela valorização efetiva do trabalho humano emerge como resposta concreta à sociabilidade exaustiva produzida pelo capitalismo contemporâneo. Trata-se de reivindicação que transcende a dimensão econômica e se relaciona diretamente ao direito ao tempo, à saúde, ao cuidado, à convivência social e à própria dignidade da vida humana.

A Fenajufe reafirma, portanto, que não existe neutralidade possível diante de projetos políticos que atacam direitos sociais, enfraquecem o Estado, precarizam o trabalho, naturalizam violências e subordinam a democracia aos interesses do mercado financeiro e das grandes corporações transnacionais. O próximo período exigirá organização coletiva, unidade política, capacidade de mobilização e firmeza estratégica para disputar não apenas reivindicações imediatas da categoria, mas o próprio projeto de sociedade em disputa no país.

CARREIRA E REAJUSTE JÁ!

PELA APROVAÇÃO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA!

PELO FIM DA ESCALA 6 X 1 !!

SEM ANISTIA!

NA LUTA POR SOBERANIA, DEMOCRACIA E DIREITOS!

VIVA A SOLIDARIEDADE INTERNACIONALISTA!

ABAIXO AO IMPERIALISMO!

Proponentes:

Coletivo Democracia e Luta

Mara Weber

Lucena Pacheco

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

Juliana Rick

Jusilda Lombardo Pedrollo

APOIO

Coletivo Democracia e Luta

ENDOSSOS

George Matos

Márcia Pissurno

Gerson Souza

Maria José Olegário

Sandra Cristina Dias

Fernanda Lauria

PROPOSTA Nº 008 (21/05)

1) Conjuntura

DEFESA DAS CARREIRAS EM SEUS DIVERSOS SEGMENTOS

Resultado: APROVADO REJEITADA PREJUDICADA

TEXTO:

Luta por um plano de capacitação contínua custeado pelo órgão, voltado ao aperfeiçoamento técnico-jurídico e tecnológico, com rubrica inserta em orçamento dos tribunais incluindo-se a capacitação em IA, tudo NA MEDIDA QUE A REDAÇÃO DO ARTIGO 10 DA LEI 11416/06 QUE ESTÁ SENDO OBJETO DE REVISÃO NO FORUM DE DISCUSSÕES DO CNJ, DISCIPLINA A OBRIGATORIEDADE DOS TRIBUNAIS DE INSTITUIR SEUS PLANOS DE TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DE PESSOAL COM PROJETOS E AÇÕES, DENTRE AS QUAIS PODERIAM ESTAR A IMPLEMENTAÇÃO DE BOLSAS , SUBSÍDIOS, FINANCIAMENTO E CONVENIOS PARA PÓS GRADUAÇÃO, MESTRADOS, DOUTORADOS, NÃO PODENDO RECURSOS PÚBLICOS SEREM DIRECIONADOS A MEROS CURSOS RÁPIDOS DE QUALIFICAÇÃO QUE MASCARAM O DEVER LEGAL DOS TRIBUNAIS DE PROVEREM A QUALIFICAÇÃO EFICAZ .

Luta e formulação de estratégias para proteção de todos os segmentos contra a reforma administrativa e as contratações temporárias já em vigor no Poder Judiciário como a Residência Jurídica, bem como contra o uso indiscriminado da inteligência artificial e projetos tais como e-Varas/CPE e Núcleo 4.0 na Justiça Federal, Equalize e a SmartVT na Justiça do Trabalho impostos sem a participação do público interno usuário;

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

Luta para inclusão no projeto de lei da reestruturação da carreira da possibilidade de mais uma pós-graduação como critério para o Adicional de Qualificação para os analistas, e de mais uma graduação para os técnicos, de modo a não prejudicar ambos os segmentos no fim de carreira. Muitos técnicos já possuíam mais de um curso superior antes mesmo do NS, ou o fizeram logo após, não sendo justo, depois da exigência do /NS serem tratados de forma diferente, auferindo vantagem por somente uma graduação, enquanto a Administração se aproveita de forma integral do seu conhecimento.

Maria Gorete de Paula Amaro - MG

ENDOSSOS

David Ernesto Landau Rubbo

Joana D"arc Ferreira Guimarães

Alexandre Magnus Martins

**CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA
XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE**

PROPOSTA Nº 009

1) Conjuntura

REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRAS SERVIDORES PCD

Resultado: APROVADO REJEITADA PREJUDICADA

TEXTO:

- Implantação do núcleo ou secretaria de PCD e de grupo de estudo para apuração das necessidades de servidores em condição especial, identificando os seus anseios e da família e para colher sugestões de atuação com intensificação da luta pela aposentadoria especial para o servidor PCD, com isenção de imposto de renda;
- Acompanhamento do PL 454/2014 para modificar o texto por meio de atuação legislativa através de emendas, pois o texto original trata de forma diferente os servidores nomeados antes de 2003, exigindo deles idade mínima e retirando a paridade e integralidade do servidor PCD, em flagrante descumprimento de convenção da OIT e da CF/88 em retrocesso legal;
- Efetivar a observância do cumprimento da RES. 401/CNJ quanto à acessibilidade integral e inclusão dos servidores PCD em toda a dinâmica institucional dos tribunais e unidades do interior do país, como estacionamentos com vagas livres, banheiros adaptados, elevadores, pisos tateis, etc;
- Apurar, observar e denunciar o cumprimento das resoluções 294/19 e 500/23/CNJ quanto à majoração do auxílio saúde para o servidor maior de 50 anos e para o servidor portador de doença grave ou portador de deficiência ou

CADERNO DE PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO DA XXV PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

que tenha familiar nestas condições, sob sua guarda e cuidados, bem como o custeio de medicamentos e serviços laboratoriais não custeados pelo plano;

Maria Gorete de Paula Amaro - MG

ENDOSSOS

Alexandre Magnus Martins

Joana D'arc Ferreira Guimarães

David Ernesto Landau Rubbo